

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS
Guilherme Bacha de Almeida

DEFESA NACIONAL COM DEPENDÊNCIA EXTERNA:
O CONSELHO (SUPERIOR) DE SEGURANÇA NACIONAL
DE 1934 A 1944

BELO HORIZONTE

2011

Guilherme Bacha de Almeida

DEFESA NACIONAL COM DEPENDÊNCIA EXTERNA:
O CONSELHO (SUPERIOR) DE SEGURANÇA NACIONAL
DE 1934 A 1944

Trabalho apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Especialista em História e Culturas Políticas.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

BELO HORIZONTE

2011

DEFESA NACIONAL COM DEPENDÊNCIA EXTERNA: O CONSELHO (SUPERIOR) DE SEGURANÇA NACIONAL DE 1934 A 1944

RESUMO: Argumenta-se que a agenda das reuniões do Conselho (Superior) de Segurança Nacional entre 1934 e 1944 esteve pautada pelas ameaças externas, especialmente a preparação do País para um conflito potencial com a Argentina e para a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, não havia ligação, ao menos formal, entre os instrumentos de repressão política e social doméstica e o Conselho no período mencionado. A participação dos militares foi ativa nos debates do órgão, mas o Conselho também incorporou membros dos ministérios civis, dando uma abrangência de visões aos assuntos debatidos, com ênfase nas políticas de defesa, externa, comercial e industrial. O conteúdo dos debates do CSSN e do CSN entre 1934 e 1944 mostra que a principal preocupação dos conselheiros, incluindo o presidente Vargas, era a necessidade de maior autonomia industrial-militar para se garantir a segurança nacional. A Argentina aparece como uma ameaça mais preocupante para os membros do Conselho do que os desdobramentos do conflito na Europa, mas foi a preparação para a Segunda Guerra Mundial que explicitou as fragilidades em diversos setores do País e alavancou a busca por iniciativas para resolvê-las. A principal preocupação dos membros do Conselho no período foi o rearmamento imediato do País, através da importação de equipamento militar, e a criação de condições, com apoio externo, de desenvolver um complexo industrial-militar doméstico em um prazo mais longo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DO CONSELHO (SUPERIOR) DE SEGURANÇA NACIONAL.....	6
3	OS DEBATES NAS SESSÕES DO CSSN E DO CSN ENTRE 1934 E 1944.....	11
3.1	Primeira sessão do CSSN: 28 de dezembro de 1934.....	11
3.2	Segunda sessão do CSSN: 09 de outubro de 1935.....	13
3.3	Terceira sessão do CSSN: 31 de agosto de 1937.....	15
3.4	Quarta sessão do CSN: 04 de julho de 1939.....	19
3.5	Quinta sessão do CSN: 10 de janeiro de 1942.....	22
3.6	Sexta sessão do CSN: 11 de abril de 1944.....	26
4	TEMAS PRESENTES NAS REUNIÕES DO CSSN E DO CSN.....	31
4.1	Temas de política externa.....	31
4.1.1	O governo Vargas pretende manter-se neutro na guerra e a principal ameaça não é o Eixo, mas a Argentina.....	31
4.1.2	As reclamações em relação à lentidão dos EUA para equipar as Forças Armadas brasileiras são constantes.....	33
4.2	Temas de política interna.....	37
4.2.1	O comunismo é um dos poucos riscos internos citados nas reuniões.....	37
4.2.2	As Forças Armadas estão despreparadas para cumprir sua missão.....	38
4.2.3	Há importante aproximação entre as políticas industrial, comercial e de defesa.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	FONTES.....	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1- INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é um órgão marcado por sua atuação após o golpe civil-militar de 1964. Ao lado do antigo Sistema Nacional de Informações (SNI) e de outros órgãos similares do Estado, o CSN tornou-se um dos pilares do sistema de controle social e político montado pela ditadura para lidar com as ameaças internas, ou seja, aquelas advindas de parcelas da sociedade brasileira inconformadas com o regime em vigor.

O objetivo deste trabalho é identificar se a atuação do CSN ao longo de sua existência foi marcada pela preocupação com o “inimigo interno” ou se outras questões dominaram a agenda do órgão em diferentes momentos da história brasileira. O escopo limitado desta monografia exigiu a definição de um período mais curto para essa análise, recaindo a escolha sobre a primeira fase do ciclo de Vargas, entre 1930 e 1945¹. Como o Conselho foi criado em 1934, a cobertura deste trabalho inicia-se, de fato, nesse momento. Nos primeiros anos da década de 1930 existia o Conselho de Defesa Nacional, antecessor do CSN, mas este só ganhou uma estrutura mais encorpada em 1934, como veremos. As atas das seis reuniões do Conselho ocorridas durante o período 1934-1944 são as principais fontes primárias do trabalho, o que exige um alerta: o Conselho certamente produziu outros documentos naquele período, particularmente sua Comissão de Estudos, que não serão tratados aqui. O objetivo da monografia é conhecer o conteúdo dos debates nas reuniões presenciais e formais.

A conclusão, dentro das já mencionadas limitações deste trabalho, é que o “inimigo interno” não era o foco das reuniões do Conselho de Segurança Nacional no período mencionado, apesar de tratar-se de um momento da História brasileira em que se observou agitação social e política ímpar, com eventos da relevância, por exemplo, da ditadura do Estado Novo, e seu reconhecido aparato repressivo, e dos levantes comunista e integralista em 1935 e 1938, respectivamente.

Atendido o interesse sobre a importância (pequena) das ameaças internas nos debates do Conselho, abriram-se novas e naturais possibilidades ao longo da pesquisa: quais seriam os temas dominantes, então? O desenvolvimento do trabalho mostra que as políticas de defesa, externa, comercial e industrial concentraram a atenção dos conselheiros, tendo como pano de

¹ O autor desta monografia trabalhou, em outra oportunidade, com atas de três reuniões não consecutivas do CSN realizadas entre 1966 e 1968 e confirmou o foco do Conselho, naquele momento histórico, em supostas ameaças internas (ALMEIDA, 2009).

fundo a preocupação sobre o conflito potencial com a Argentina e o grande evento internacional daqueles anos: a Segunda Guerra Mundial.

A monografia está organizada em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta um breve histórico do CSN, comentando a legislação que o criou e as mudanças de estrutura observadas ao longo do tempo. A terceira seção concentra-se no relato dos debates ocorridos em cada uma das seis reuniões do Conselho durante a primeira fase do ciclo de Vargas. A quarta seção aprofunda alguns dos assuntos levantados pelos membros do Conselho, introduzindo uma pequena amostra da literatura sobre o período. A quinta seção contém as considerações finais deste trabalho.

2- HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DO CONSELHO (SUPERIOR) DE SEGURANÇA NACIONAL

O Conselho da Defesa Nacional (CDN) foi criado durante o governo do presidente Washington Luis, em 1927. O CDN teria sido uma recomendação da “Missão Francesa”, como parte de uma reestruturação mais ampla do Exército inspirada pelos representantes franceses².

O decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927, afirmava que o Conselho da Defesa Nacional “tem por fim, somente em ordem consultiva, o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”³. Os membros permanentes do CDN seriam o presidente da República, os ministros civis e militares e os chefes do Estado Maior do Exército e da Armada. Getúlio Vargas também assinou o decreto de criação do Conselho, como ministro da Fazenda, cargo que ocupou entre 15.11.1926 e 17.12.1927⁴.

Há menção em livro de Lucas Figueiredo à realização de reuniões do CDN: o autor cita, do “Diário” de Vargas, a referência do então presidente a uma reunião do Conselho em 1933 em que teria sido tratada “uma vasta conspiração com o recheio de atentados pessoais (...) mas acredito que em tudo isso haja uns 50% de boatos” (FIGUEIREDO, 2005, p.41). A leitura do “Diário”, no entanto, aponta para dois momentos diferentes da agenda de Vargas naquele dia e que teriam sido fundidos no texto de Figueiredo: uma reunião do CDN em que o tema central, conforme o comentário de Vargas, foi a “Questão de Letícia”⁵ e outra reunião, fora do Conselho, com o ministro da Agricultura, o interventor do Ceará e o Capitão Facó, da Bahia, em que o tema da conspiração foi levantado (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 189)⁶.

²A Missão Francesa chegou ao Brasil em 1920 e trabalhou no aperfeiçoamento da educação militar e na reestruturação do Estado Maior do Exército, por exemplo, tornando-o, de fato, um formulador da política de defesa nacional (CARVALHO, 2005, p. 28-29).

³ Priscila Brandão Antunes (2002, p. 45) observa, também, que “nesse decreto já se destaca uma preocupação do Estado com a guarda e a classificação de documentos considerados relevantes para a defesa do país”. No artigo 8º consta que “todos os papéis, arquivo e mais objetos do Conselho ficarão sob a guarda e responsabilidade do Estado Maior do Exército, que os classificará”.

⁴ Vargas deixou o cargo para se candidatar a presidente do Rio Grande do Sul, tendo sucesso na eleição.

⁵ A “Questão de Letícia” consistiu no conflito militar entre Peru e Colômbia, iniciado em agosto-setembro de 1932, em função de uma área do extremo sul do território colombiano, fronteira ao Peru e ao Brasil, onde se encontra a cidade de Letícia. A mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações, dirimiu o conflito em 1934, com o reconhecimento do direito da Colômbia por parte do Peru (KRAMER, 2001, p. 3102).

⁶ Segue a íntegra do comentário de Vargas em seu diário no dia 21 de fevereiro de 1933:

O Conselho só viria a ser “organizado” pelo próprio Vargas, através do decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Como afirma Figueiredo, Vargas “vitaminou” o CDN pois teria “noção da falta de estrutura do conselho e desconfiava das informações que recebia do organismo” (FIGUEIREDO, 2005, p.41). A estrutura do Conselho foi definida nesse novo decreto, abrangendo três partes: 1) Comissão de Estudos da Defesa Nacional, 2) Secretaria Geral da Defesa Nacional e 3) Seções da Defesa Nacional (uma em cada ministério)⁷. Em tese, segundo o texto do decreto, a Comissão de Estudos faria “o exame prévio das questões que devam ser submetidas à consideração do Conselho da Defesa Nacional (...); propor ao Governo as medidas de execução necessárias à solução das questões que dependam de mais de um ministério”. A Comissão seria dirigida formalmente pelo próprio presidente da República, mas sua direção imediata caberia aos chefes do Estado-Maior do Exército ou da Armada, o mais graduado ou mais antigo de posto.

A Constituição de julho de 1934 dedicou o Título VI ao tema “Da segurança nacional” e, em seu artigo 159, afirmava que “todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização”. Este teria sido o primeiro texto legal brasileiro a usar o termo “segurança nacional”⁸. No entanto, como salientam Mathias e Guzzi (2010, p. 45), “o conceito de segurança nacional não é desenvolvido ou esclarecido, nem mesmo na legislação que o regulamenta (o Conselho Superior de Segurança Nacional)”.

O artigo 166 da Constituição mencionava que

Além dos despachos comuns, houve a reunião do Conselho de Defesa Nacional, para tratar da Questão de Letícia. Após muitas discussões, ficou resolvido nomear-se uma comissão mista, com representantes dos estados-maiores do Exército e Marinha, e do Ministério do Exterior, para examinar o caso e dar parecer.

Com o ministro da Agricultura, estiveram o interventor do Ceará e o capitão Facó, da Bahia. Vieram trazer informações da descoberta de uma conspiração, nesses estados e em outros do Norte, ligada a um movimento geral com sede no Sul. Essas notícias são confirmadas pelas informações do ministro da Justiça, do chefe da Casa Militar e do chefe de Polícia. Em resumo, uma vasta conspiração com o recheio de atentados pessoais e contínuas prevenções sobre a cegueira do interventor de São Paulo e a cumplicidade do seu chefe de Polícia. Ouço tudo, concordo com as providências, mas acredito que em tudo isso haja uns 50% de boatos.

O Superior Tribunal Eleitoral (...).

⁷ Luís Reznik (2004, p. 40) comprova que essas Seções só seriam criadas mais tarde. Os decretos que organizavam as seções dos ministérios da Justiça, da Fazenda, das Relações Exteriores, da Viação e Obras Públicas e do Trabalho, Indústria e Comércio só seriam aprovados entre agosto e outubro de 1939. O da Agricultura, em fevereiro de 1940. E a instalação dessas Seções só teria ocorrido mais à frente: a da Justiça, por exemplo, apenas em janeiro de 1942.

⁸ Segundo Alberto Guerreiro Ramos, citado por Reznik (2004, p.27), “a expressão segurança nacional apareceu no direito brasileiro em 1934”.

dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração

para detalhar em seguida que “proceder-se-á do mesmo modo em relação ao estabelecimento, nessa faixa, de indústrias, inclusive de transportes, que interessem à segurança nacional” e que o Conselho Superior de Segurança Nacional organizará a relação das indústrias acima referidas, podendo, a qualquer momento, rever e modificar essa relação, que deverá ser por ele comunicada aos governos locais interessados.

A Constituição de 1934 alterou o nome do Conselho de Defesa Nacional para Conselho Superior de Segurança Nacional. O decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934, regulamentou esta mudança, mas a estrutura do Conselho foi mantida nos mesmos moldes estabelecidos pelo Decreto 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, já citado. Uma das particularidades da Constituição de 1934 foi sua curta duração, não por que tenha sido de apenas três anos, mas por que, conforme Mathias e Guzzi (2010, p. 44), “vigorou somente um ano, sendo suspensa pela Lei de Segurança nacional entre 1935 e 1937”⁹.

A Lei de Segurança Nacional de abril de 1935, votada pelo Congresso, e seu complemento, editado em dezembro de 1935 e que aumentava a penalização para os indiciados, depois do “levante comunista” de novembro, não fizeram referências ao Conselho Superior de Segurança Nacional¹⁰. O Tribunal de Segurança Nacional foi criado em setembro de 1936, com o objetivo de dar maior celeridade ao julgamento de crimes políticos, e aperfeiçoou o arcabouço institucional destinado a lidar com os riscos políticos e sociais ao regime.

A Constituição de 1937 também dedicou um capítulo ao tema “Da segurança nacional”, embora menos extenso que o de 1934, pois alguns de seus tópicos foram transferidos para o capítulo “Da defesa do Estado”. No artigo 162 constava que

⁹ Mais precisamente, o Congresso aprovou, em 18 de dezembro de 1935, emenda autorizando o presidente a decretar estado de exceção. Desde então, até a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, Vargas governou sucessivamente sob estado de sítio e estado de guerra (REZNIK, 2004, p. 38).

¹⁰ Até 1935, quando foi editada a primeira Lei de Segurança Nacional (LSN), os chamados crimes políticos eram enquadrados na legislação penal: primeiro o Código Criminal do Império, promulgado em 1830 e, depois, o Código Penal republicano, de 1890. A lei de abril de 1935 foi promulgada menos de um mês após a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política que aglutinou militantes de esquerda, como os comunistas, e cujo presidente de honra era Luis Carlos Prestes. Por meio da LSN se fechou a ANL em julho de 1935 (REZNIK, 2004, p. 38-40). Ao ser extinta, a Aliança possuía 1.500 núcleos estruturados no País, com mais de cem mil adeptos (MOTTA, 2002, p. 183).

todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas (retirou-se a expressão “e coordenadas”, que constava na Constituição anterior) pelo Conselho de Segurança Nacional (retirou-se o termo “Superior” do nome do Conselho) e pelos órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização (em 1934 falava-se em “necessidades da mobilização”).

A faixa ao longo das fronteiras onde a aprovação do Conselho de Segurança Nacional (CSN) seria requerida para concessões de terras ou de vias de comunicação foi ampliada para cento e cinquenta quilômetros, cinquenta a mais que em 1934.

Uma nova legislação contra crimes políticos foi editada em maio de 1938 (decreto-lei n. 438). Em 1º de outubro de 1942 editou-se um decreto-lei definindo “crimes militares e contra a segurança do Estado”. Não houve referências ao CSN em nenhum desses instrumentos legais de repressão doméstica.

A nova legislação sobre o Conselho só viria à tona quatro dias após o decreto dos “crimes militares”: o decreto-lei 4.783, de 5 de outubro de 1942, dispondo sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional.

Novamente seria estabelecido como objetivo do Conselho o “estudo de todas as questões relativas à segurança nacional” de forma genérica. A frequência das reuniões ordinárias seria aumentada de duas para quatro por ano (uma por trimestre)¹¹. E, pela primeira vez, abrir-se-ia oficialmente a possibilidade de consultas formais aos membros fora das reuniões presenciais: “O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um de seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria Geral, que fará o relatório das respostas recebidas para a consideração final” (art. 1º, § 3º). Seria acrescentado, ainda, um quarto órgão complementar à estrutura do CSN: a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras¹².

O novo decreto estabelecia, ainda, que o Diretor-Geral da Fazenda Nacional passaria a ser membro efetivo da Comissão de Estudos do Conselho, talvez por que, como veremos na seção que trata das atas das sessões, o debate sobre a escassez de recursos para financiar o aparelhamento militar do país era recorrente e, por vezes, pouco conclusivo. Houve outros ajustes em relação à organização anterior do Conselho, mas não se pretende aqui fazer uma

¹¹ Como veremos na seção deste trabalho que apresenta as atas das reuniões, a frequência das sessões formais foi significativamente menor do que a prevista na legislação.

¹² Lembremos que os outros três órgãos eram a Comissão de Estudos, a Secretaria Geral e as Seções de Segurança dos ministérios civis.

exposição exaustiva dos mesmos, restringindo-se aos que parecem mais importantes para os propósitos desta monografia.

Um novo decreto dispendo sobre a organização do Conselho foi editado pouco mais de dois meses depois do anterior, em 31 de dezembro de 1942 (n. 5.163) e seria a última peça legal sobre a estrutura do CSN aprovada durante o período coberto neste trabalho. Aparentemente, destinou-se apenas a reforçar o poder do Secretário-Geral, que passaria, também, a ser o presidente da Comissão de Fronteiras, responsabilidade não explicitada no decreto anterior, quando a mesma havia sido criada.

3- OS DEBATES NAS SESSÕES DO CSSN E DO CSN ENTRE 1934 E 1944

O objetivo desta seção é apresentar um relato do conteúdo das atas das sessões do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN) no período 1934-1944, com Getúlio Vargas na presidência da República. Esta apresentação não é exaustiva, naturalmente sendo sensível ao arbítrio do autor, tanto em relação aos assuntos escolhidos quanto à forma de apresentá-los. Não há, portanto, a pretensão de apresentar todos os temas debatidos nas reuniões, embora a cobertura seja ampla, nem fazer menção a todas as intervenções dos componentes do Conselho. Sempre que oportuno, faz-se a citação exata das manifestações dos membros, usando aspas. Por fim, mencione-se que houve censura de alguns trechos das atas do Conselho, colocada nos seguintes termos no sítio do Arquivo Nacional:

“Algumas atas dos livros n. 1, 2, 8, por apresentarem trechos considerados sigilosos pela Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, tiveram a imagem digital tarjada em março de 2009, conforme determinado no Termo de Recolhimento para guarda permanente, no Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, do acervo documental do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob guarda da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), publicado no D.O.U. de 18 de março de 2009 (Seção 3, ano 146, n. 52, p. 1)”¹³.

3.1 PRIMEIRA SESSÃO DO CSSN: 28 de dezembro de 1934

Getúlio Vargas abre a reunião dizendo que o Conselho não é um órgão militar, mas sim um complemento da organização política do Brasil. E alude à necessidade de o país preparar-se para a guerra moderna, apesar de “estar o Brasil sem preocupação na sua política internacional”.

O ministro da Guerra, General de Divisão Góis Monteiro, faz discurso congratulando-se com a criação do Conselho, pela qual se bateu, e alertando para necessidade de preparar-se para a defesa em caso de uma guerra, sem ser específico.

O ministro da Viação e Obras Públicas, João Marques dos Reis, muda o tom e introduz na agenda do Conselho a preocupação com um problema doméstico: a greve dos Correios e Telégrafos. Afirma que o princípio da autoridade está em risco e que o funcionário público

¹³ Disponível em

<http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1012976>. Acesso em 10.11.2010.

civil também deveria seguir a disciplina dos militares. Não há repercussão de sua fala entre os demais membros do Conselho.

A partir daí a sessão torna-se secreta, retirando-se os assessores militares que não são membros permanentes do Conselho, e toma a palavra o ministro da Fazenda, Arthur de Sousa Costa, que discorre sobre a situação financeira do País. Sua fala é marcada pela preocupação com o déficit público, com “despesas que não se subordinam aos recursos que o Tesouro pode fornecer”. Combate, ainda, a idéia da moratória externa, que era parte da agenda de debates do País naquele momento, dadas as restrições observadas no balanço de pagamentos após a crise de 1929 e anos seguintes nos EUA e no restante da economia mundial¹⁴.

Em seguida fala o chefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão Benedicto Olympio da Silveira. Mostra preocupação com a falta de recursos bélicos materiais do País, enquanto os vizinhos do Sul (não cita nomes de países, mas os indícios desta e de reuniões seguintes do Conselho apontam claramente para a Argentina) ampliam os seus, apesar da cordialidade reinante. Há um debate provocado por Gustavo Capanema, da Educação e Saúde, não detalhado na ata, em que é questionada a conveniência de se desenvolver as indústrias militares no Brasil¹⁵.

A reunião termina com a fala do Secretário-Geral do Conselho, General de Brigada Pantaleão da Silva Pessoa, que sugere marcar aquela primeira reunião do CSSN “com uma revolução, uma obra de significação defensiva”: a constituição de um ramal rodoviário, tirado da estrada Aquidauana – Bela Vista para Porto Murtinho, “obra de particular interesse para o nosso comércio com as Repúblicas vizinhas naquela região e para uma assistência militar mais ativa em trecho da fronteira que dava a impressão de se estar desnacionalizando”¹⁶. A

¹⁴ A moratória viria a ser declarada quase três anos após esta reunião do CSN, no contexto do golpe de Estado de novembro de 1937. Quando de sua declaração, Vargas teria colocado o problema da dívida nos seguintes termos: “ou pagamos a dívida externa ou reequipamos as forças armadas e o sistema de transportes” (ABREU, 1990, p.100).

¹⁵ O debate provocado por Capanema é reduzido na ata ao seguinte texto: “Sobre este assunto trocaram-se diversas objeções tendentes a esclarecer até onde poderiam ir tais indústrias e sobre a possibilidade de serem elas compensadoras no momento atual”.

¹⁶ Aquidauana está localizada no atual estado do Mato Grosso do Sul, perto das fronteiras com Paraguai e Bolívia. Estes países estavam envolvidos, naquele momento, na Guerra do Chaco, “o único conflito armado latino-americano de grande porte” no século XX (MITRE, ????, p. 18), que teve confrontos militares até junho de 1935 e cujo tratado de paz seria assinado apenas em julho de 1938. A nota de rodapé n. 17 apresenta mais detalhes sobre o conflito. A estrada começaria a ser construída pelo Ministério da Guerra em 1937. Disponível em <<http://www.geraldoresende.com.br/municipios/guia-lobes-da-laguna>>. Acesso em 21.11.2010.

sugestão é aprovada por Vargas (não há votação pelos demais membros do Conselho), que manda incluí-la no orçamento de 1935.

3.2- SEGUNDA SESSÃO DO CSSN: 09 de outubro de 1935

Pouco menos de um ano depois da primeira reunião, Vargas abre esta sessão passando a palavra ao ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, que havia sucedido Góis Monteiro em maio de 1935. Gomes lê um discurso no qual afirma ter solicitado a convocação da reunião pelo “momento que o mundo atravessa (...) com os fatos que se desenvolvem no oriente africano”. O ministro revela o estado de fraqueza do exército brasileiro para a guerra de defesa e lista dados que refletem a precariedade de equipamentos da Força. Em vários momentos, compara os números com os da Argentina, mostrando a evidente desvantagem brasileira. O ministro da Guerra conclui de maneira quase constrangedora para o presidente Vargas e os membros civis do Conselho:

Eu e os meus colegas de classe não podemos assumir as responsabilidades que decorrem do atual estado de coisas referente ao equipamento e armamento do Exército e, seja qual for a resolução que a respeito tomardes, faço questão que esta minha declaração fique em ata consignada.

O chefe do Estado-Maior, Pantaleão Pessoa (ex-secretário geral do CSSN), pede a palavra e detalha ainda mais a situação das Forças Armadas, também expondo as fragilidades da estrutura militar brasileira e comparando-a com as forças argentinas, muito superiores. Afirma que “em todos os países adiantados do mundo, a preparação da guerra ou digamos da Segurança Nacional, não fica entregue exclusivamente às chamadas classes militares”. Pantaleão é mais incisivo ao relatar que “(...) a consciência das dificuldades e da falta de meios é causa de indisciplina, de descontentamento crescente, de desânimo para os que lutam pela defesa nacional no setor militar”. O tom parece quase de ameaça, sinalizando uma articulação das lideranças militares para pressionar o presidente e o Conselho a alocarem mais recursos ao equipamento militar. Em determinado momento, Pantaleão defende que, ao lado de um programa de aquisições, seja elaborado um programa de desenvolvimento das indústrias militares no Brasil. E termina apresentando ao Conselho uma lista do material necessário à mobilização do Exército.

Fala em seguida o chefe do Estado Maior da Armada, Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem. Também apresenta a fragilidade dos recursos da Marinha e faz

comparações com “o poder naval de outra nação sul-americana”, com trecho censurado da ata, “ficando bem esclarecida a grande inferioridade dos elementos navais brasileiros e as conseqüências decorrentes desta circunstância”. Diz que todo o material bélico de que sua força necessita terá que ser importado do estrangeiro, mas não apresenta uma lista como a do Exército.

O ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, adota um tom tranqüilizador e procura aliviar a cobrança sobre Vargas por não ter agido antes no equipamento do setor militar: “as dificuldades que têm surgido para a aquisição de material não decorrem de injúria ou má vontade do Governo; circunstâncias várias e inesperadas têm influído decisivamente para que o Chefe do Poder Executivo não tenha podido realizar o seu pensamento”. Sobre as relações externas do Brasil, diz que “é a melhor possível a nossa situação”: “o Uruguai estaria inteiramente inimizado com a Argentina e em muito boas relações conosco” e a política de Vargas teria modificado “por completo o ambiente argentino, cujo governo e população se manifestam francamente pelo Brasil”. Macedo Soares encerra mencionando a viagem de Vargas ao Prata, que teria melhorado o “ambiente portenho” em relação ao Brasil¹⁷.

Getúlio intervém e diz que, por vir da fronteira, conviveu longamente com argentinos e sempre notou que “a tendência dos dois povos era para se aproximarem, não existindo essa proclamada inimidade”. Segundo Vargas, “as desconfianças eram criadas de Governo para Governo”. Assumindo a presidência, procurou desarmar o ânimo dos governos vizinhos, quase sempre prevenidos com o Brasil, “em parte devido a antecedentes históricos e à diferença de língua”. Em seguida há trecho censurado da ata, fato recorrente, aliás, em momentos nos quais há referência aos vizinhos do Sul. Ainda sobre o tema, Vargas diria mais à frente que “excelentes são atualmente as nossas relações com a Argentina” e que confia “inteiramente no Presidente Justo, tendo a convicção de que enquanto dirigir ele os destinos argentinos, a situação não se modificará”¹⁸. Segundo o presidente, a Argentina continuaria a

¹⁷ Vargas visitou o Uruguai e a Argentina entre maio e junho de 1935.

¹⁸ Fausto e Devoto (2004, p. 250-251) traçam um panorama construtivo das relações Brasil-Argentina nos governos de Vargas e do general Agustín P. Justo, que foi presidente pela via eleitoral e governou entre 1932 e 1938:

(...) os dois países se aproximaram, firmando acordos que incluíam um Tratado de Comércio e Navegação e a solução de impasses em torno dos negócios do trigo e da erva-mate. Mais importante foi o Tratado Antibélico de Não-Agressão e de Conciliação, assinado em outubro de 1933, com a adesão do Chile (com ressalvas), México, Paraguai e Uruguai. Essa postura teve importantes reflexos no sentido de acelerar o fim da Guerra do Chaco (...). Isso, não obstante as mútuas desconfianças de que o Brasil se inclinava pela Bolívia e a Argentina, pelo

se armar em função do confronto com o Chile em temas como a ferrovia transandina, mais do que por preocupações com o Brasil.

Em resposta às manifestações de insatisfação dos ministros militares durante a reunião, Vargas lista, em alguns casos com riqueza de detalhes, várias iniciativas já tomadas por seu governo para equipar o setor militar. Conclui afirmando que “temos assim perspectivas para melhorar a situação do nosso material de Guerra, tudo dependendo apenas da melhora do estado financeiro, achando até que devam ser feitos sacrifícios pela segurança nacional”.

A fala do Ministro da Fazenda, Sousa Costa, a quem Vargas cede a palavra, é de solidariedade com os ministros militares, mas de prudência quanto aos meios para satisfazer-lhes as demandas e de defesa de Vargas diante das cobranças recebidas. Diz que não há divisas para adquirir equipamentos no exterior e que, portanto, será necessário obter condições de pagamento a prazo razoável com os EUA (navios e material bélico) e Itália (submarinos). Pede aos ministros militares um plano geral para ser executado dentro de um período determinado para que possa “opinar de modo definitivo quanto às possibilidades e forma de execução”.

O Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, João Simplício, convidado especial à reunião, é o seguinte a falar e endossa a fala do Ministro da Fazenda.

Vargas conclui, resumindo as deliberações tomadas pelo Conselho:

Os Ministérios da Guerra e da Marinha por intermédio dos respectivos Estados Maiores estudarão e apresentarão um plano das suas necessidades para renovação de seu material e sujeitarão esse plano ao estudo do Conselho de Segurança Nacional (o redator da ata suprimiu o termo “Superior”) para sobre ele o Ministro da Fazenda se pronunciar quanto ao financiamento.

3.3- TERCEIRA SESSÃO DO CSSN: 31 de agosto de 1937

Há um intervalo de quase dois anos entre esta reunião e a anterior. Pela primeira vez, o chefe de polícia da então Capital Federal, Filinto Muller, participa de uma sessão do Conselho, como convidado de Vargas.

Paraguai. De fato, em 1935, Getúlio foi a Buenos Aires, a pretexto de retribuir uma visita que o presidente Justo fizera ao Brasil, quando na capital argentina se reuniam mediadores dos dois países e dos Estados Unidos, Chile, Peru e Uruguai, visando o fim das hostilidades no Chaco. O entendimento entre os dois presidentes desempenhou papel significativo na obtenção do cessar-fogo em junho de 1935.

Getúlio inicia a reunião justificando-se aos militares e listando diversas medidas e dotações de recursos voltadas para o equipamento das forças armadas adotadas em seu governo (“desde o Governo Provisório, vimos procurando atender os reclamos mais prementes do Exército e da Marinha”), mas reconhece que as necessidades continuam existindo. Queixa-se de que “ao passar do Governo Provisório para o regime Constitucional, a União foi enfraquecida economicamente, porque lhe foram diminuídos consideravelmente os recursos e aumentados, em contraposição, os encargos pela Constituição”¹⁹. Após listar algumas necessidades do Exército e da Marinha, afirma que “precisamos prover a obtenção de novos recursos, com a criação de novos impostos”. E passa a palavra ao ministro da Fazenda.

Sousa Costa afirma que os ministros militares não lhe apresentaram um plano de aquisição de material “de uma forma mais ou menos definitiva”, como acertado na última reunião do Conselho, dois anos antes. Sem ele, “nada é possível fazer”. E confirma que é necessária a expansão das receitas para aumentar os repasses às Forças Armadas, o que poderia ser feito através de aumento de impostos e da realização de um empréstimo interno com a propaganda da “salvação pública”, embora não sejam medidas de fácil execução.

O ministro da Marinha, Guilhem, diz que existe um plano naval elaborado há anos, mas que os preços subiram muito e que as previsões de custo já estão superadas. Vargas pressiona o ministro por uma resposta mais objetiva sobre a necessidade anual de recursos para a compra de navios. Sousa Costa participa para lembrar as dificuldades financeiras, apesar do “interesse da sua parte em satisfazer as necessidades da Marinha”.

O ministro da Guerra, Gaspar Dutra, também afirma que o plano de aquisições já está pronto, detalhando-o. Sousa Costa interfere para dizer que as necessidades do Exército “atingem ao dobro do que se imaginara”. Vargas pergunta sobre “a possibilidade do lançamento de um pequeno imposto pessoal” e sobre um aumento do imposto de importação. Sousa Costa responde com tom cauteloso sobre o alcance potencial dessas medidas. Vargas encerra essa parte do debate dizendo que os ministros militares e o secretário-geral do Conselho estudarão um plano de aquisição de material “nos moldes combinados”. E o

¹⁹ Luís Reznik (2004, p. 39) cita um trecho do discurso de Vargas no encerramento da Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de julho de 1934, que confirma seu desapeço pela nova Constituição:

[Ela] enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem e do desenvolvimento normal da administração; (...) subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão.

ministro da Fazenda estudará o aumento de impostos. As diferentes partes elaborarão um anteprojeto de lei para ser encaminhado ao Poder Legislativo²⁰.

O ministro Capanema, da Educação e Saúde, afirma preferir que as razões do aumento dos impostos não sejam explicitadas, assumindo o governo o desgaste de fazê-lo, provavelmente pelo temor de exibir a fragilidade das Forças Armadas ao grande público e às outras nações, mas o entendimento de sua fala é prejudicado por trechos censurados da ata.

O general Góis Monteiro, que desde julho de 1937 ocupava a chefia do Estado Maior do Exército, faz uma digressão aparentemente envolvendo a superioridade militar argentina (há trecho censurado) e referindo-se a ela como “a primeira nação da América do Sul”, embora reconhecendo avanços do Brasil, como a contratação da Missão Militar Francesa no governo Epitácio Pessoa²¹.

O segundo item da pauta desta sessão do CSSN trata da concessão de uma linha internacional aérea entre os Estados Unidos, Assunção e Buenos Aires, passando pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu, requerida pela Pan American Airways. Góis Monteiro é o mais preocupado com a concessão, por temer “riscos e perigos” que não existiriam se “o potencial de paz e de guerra do Brasil não tivesse caído do fastígio de primeira potência sul-americana à triste e subalterna condição que tanto nos amargura na hora presente”. Em um momento curioso de sua fala pela restrição das concessões a empresas aéreas internacionais, Góis Monteiro afirma que

a França, por exemplo, que vive agora sob desenfreada propaganda comunista, pode, de um instante para outro ser dominada pelos partidários desse credo extremista. Nesse caso, quem nos garante que a sua vida aeronáutica na América do Sul não seja empregada para propagação desse regime à nossa Pátria? Que inestimável serviço não prestaria a essa contaminação comunista o bem aparelhado conjunto (aviões, campos de pouso, bases de hidroaviões, estação de TSF, etc.) de que aqui dispõe esse país?.

Góis Monteiro defende a criação do “Ministério do Ar”, que já teria sido adotado por países “mais adiantados”, mas reconhece que as circunstâncias do presente não permitem

²⁰ Em pouco mais de dois meses e meio, Vargas e os militares promoveriam o golpe que permitiria ao seu governo prescindir do Legislativo para a aprovação desse e de outros planos.

²¹ A insistente censura de referências à Argentina nas atas do Conselho é contraposta pela clareza de documentos oficiais utilizados nos livros de Stanley Hilton, por exemplo, que abrem detalhes das preocupações das autoridades brasileiras com os vizinhos, como veremos adiante. Neste sentido, haveria certa inutilidade na cautela da comissão que censurou as atas, pois seu teor apenas corroboraria o de documentos já apresentados por pesquisadores como Hilton. Como não se conhece o conteúdo dos trechos censurados, trata-se aqui, naturalmente, apenas de uma especulação, enviesada por uma certa impaciência do autor com a censura imposta às atas.

cogitar isso (refere-se, provavelmente, às circunstâncias financeiras)²². Sugere, então, a criação de uma Subsecretaria de Estado da gestão da aeronáutica nacional, sem especificar a quem estaria subordinada, mas provavelmente retirando poderes do Ministério da Viação e Obras Públicas, que cuida dessa área na estrutura administrativa vigente²³. Vargas passa a palavra ao Ministro da Viação, João Marques dos Reis, sem que fique claro se interrompe Góis Monteiro ou se este já havia concluído sua intervenção.

O ministro da Viação explica que não submeteu o texto do decreto a Góis Monteiro por que este se encontrava no sul do País, mas que os ministros da Guerra e da Marinha haviam concordado com seu teor. Marques dos Reis defende a concessão aérea, argumentando com “exigências políticas, econômicas e de interesse geral” e mencionando precauções como a presença de um piloto brasileiro em cada aeronave estrangeira, que fará com que ela não se afaste da rota fixada. Góis interfere novamente, afirmando que o perigo “é mais de caráter mediato do que imediato”. O chefe do Estado Maior do Exército menciona que lhe parece “curiosa” a justaposição do pedido da concessão aérea com outro feito por companhia dos EUA ao governo do Paraná para construir estrada pavimentada de Paranaguá até Foz do Iguaçu. Góis acredita que “essas companhias têm qualquer interesse que, antes de mais, precisa ser bem esclarecido”, logo após ouvir do ministro da Viação que os EUA se tratavam de “país amigo”²⁴.

Após a manifestação de outros membros do Conselho e da leitura de documentos sobre o assunto que envolvem o embaixador brasileiro nos EUA, Osvaldo Aranha, Vargas decide colocar o tema em votação. O Conselho conclui pela aprovação da concessão, mas com restrições, como a presença de um piloto brasileiro ou fiscal de rota em todos os vôos, que serão estudadas pelos chefes do Estado Maior do Exército e da Armada e pelo Secretário-Geral do Conselho.

O último item da pauta justifica a presença de Filinto Muller na reunião. Trata-se de um suposto excesso de rigor com a concessão de vistos a americanos, que teria sido acusado pelo embaixador Osvaldo Aranha. Muller diz que Aranha “não está bem informado”. Há trechos

²² O Ministério da Aeronáutica viria a ser criado quase três anos e meio depois desta reunião, em 20 de janeiro de 1941.

²³ Talvez o termo “Subsecretaria de Estado” já defina implicitamente o órgão ao qual estaria subordinada, mas não tive clareza sobre este ponto.

²⁴ Esta passagem serve para alimentar especulações sobre as alegadas inclinações germanófilas do general Góis Monteiro à época da reunião.

censurados da ata que limitam a compreensão da real extensão do problema. Muller fala na existência de “turismo verdadeiro” e “turismo simulado”. É curioso que o brevíssimo resumo da ata preparado pela equipe do Arquivo Nacional menciona que a reunião teria tratado do “aumento da imigração de judeus via distribuição de “Cartas de Chamada””, mas não se vê referência direta ao assunto em nenhum momento dos trechos liberados da ata da reunião²⁵. Cabe a pergunta: haveria tratamento do tema nos trechos censurados? Não há nenhuma deliberação sobre o assunto e a reunião é encerrada por Vargas, que parece apenas ter aberto um espaço formal para Muller se defender de pressões que vinha sofrendo em seu trabalho, especialmente do então embaixador Osvaldo Aranha.

3.4- QUARTA SESSÃO DO CSN: 04 de julho de 1939

Há um intervalo de aproximadamente dois anos entre esta reunião e a anterior. Apesar de a Constituição de 1937 ter retirado o termo “Superior” do nome do Conselho, o redator da ata distrai-se e ainda o chama de Conselho Superior de Segurança Nacional. É a primeira reunião do órgão sob a vigência do Estado Novo.

O encontro é aberto com uma fala de Getúlio em que este orienta o Conselho a “examinar a atitude a ser assumida pelo Brasil em face de uma guerra européia, cujas possibilidades aumentam de dia para dia. Através das informações colhidas pelo Ministério do Exterior, a guerra parece realmente resolvida pelos Estados totalitários”.

A análise de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores desde março de 1938, viria a mostrar-se acertada, pelo menos em relação ao desfecho do conflito: se a guerra durasse pouco, “a vitória, em terra, poderá pender para os Estados totalitários ou para as democracias”, mas se durasse muito, a vitória seria de quem dominasse os mares e, neste caso, “as democracias, ao que parece, lograrão a supremacia naval definitiva”. Aranha defende, ainda, a tese de que o Brasil deve manter estrita neutralidade no conflito, embora reconheça a dificuldade dessa posição numa conflagração que tenderá a generalizar-se. O governo deveria fazer

²⁵ Disponível em http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1012980>. Acesso em 10.11.2010.

trabalhos preparatórios para 1) arregimentação da opinião pública; 2) economia de combustíveis, trigo e outros artigos; 3) regularização dos vencimentos das obrigações internacionais; 4) constituição de estoques dos produtos indispensáveis e racionalização de seu consumo e 5) proibição da exportação de ferro.

Em sua argumentação, Aranha remete às deficiências de abastecimento observadas durante o período de 1914 a 1919. E afirma que o Brasil deveria usar a venda maciça de café para a Europa para abastecer-se preventivamente. Conclui afirmando que “nada, porém, o Brasil conseguirá se não estiver armado. Ainda recentemente, o Ministério do Exterior teve de apresentar um protesto contra a Inglaterra, pelo fato de figurar, em seus mapas, a ilha de Trindade como possessão inglesa”.

Vargas pede que Aranha apresente o “anteprojeto de neutralidade”. Aranha resume o anteprojeto, “que é longo”, e menciona que todos os presentes já receberam cópia. Não há registro de seu resumo na ata da sessão. O ministro das Relações Exteriores sugere a formação de uma comissão de todos os ministérios para apreciar o lado econômico do anteprojeto. Aranha mostra-se preocupado com uma definição rápida sobre o tema, justificando-se pelo grande interesse que o embaixador inglês vem demonstrando no assunto.

O ministro da Educação e Saúde, Capanema, manifesta-se contrariamente à formação de uma comissão para analisar o anteprojeto, sugerindo que as seções de Segurança Nacional em cada ministério se articulem para realizar esse trabalho.

Vargas passa a palavra ao Ministro da Viação, General de Brigada João de Mendonça Lima, que manifesta preocupação particular com os transportes ferroviários e com o abastecimento de combustível no caso de uma guerra. Seria necessária a execução de um plano já apresentado ao Presidente para aumentar a produção de carvão nacional e facilitar o seu transporte. Vargas intervém para incumbir ao ministro que tome as providências resultantes de sua exposição, fazendo breves comentários sobre alguns temas específicos, como a construção do ramal Deodoro-Mauá, relacionado à exportação de minério.

Vargas pede esclarecimentos sobre “a situação das encomendas feitas na Inglaterra, Itália e Alemanha”. O conflito deve começar em setembro, é o que apontam os vários indícios colhidos na reunião²⁶. Há considerações gerais de Aranha sobre acontecimentos internacionais relacionados à iminência da guerra. Vargas convoca o ministro da Fazenda, Sousa Costa, a manifestar-se sobre as encomendas. Surge uma discussão sobre a

²⁶ De fato, a Alemanha invadiria a Polônia em 1º de setembro de 1939.

conveniência de se continuar fazendo compras em países europeus diante do risco de que a guerra impeça o cumprimento dos contratos. Há várias encomendas já feitas e por fazer à Alemanha que são citadas na reunião. O relacionamento comercial com esse “Estado totalitário” é intenso²⁷. Prevalece entre os membros do Conselho a tese de que o risco de continuar fazendo encomendas aos europeus seria compensatório, e que deveria haver concorrência entre estes e os estadunidenses, mas o ministro da Viação é contrário, dizendo que “a solução razoável só pode ser uma: as encomendas devem ser feitas nos Estados Unidos da América do Norte”. Ao fim dos debates, Vargas dá o resultado da votação: há quatro votos a favor da exclusividade das encomendas aos Estados Unidos e sete votos pela concorrência entre europeus e estadunidenses²⁸.

Para que haja coordenação adequada entre os ministérios no cumprimento das deliberações do Conselho, o chefe interino do Estado Maior do Exército, General de Divisão Francisco José Pinto, pede que sejam instaladas, quanto antes, as seções de Segurança Nacional nos vários ministérios que as comportam. Vargas autoriza a Secretaria Geral a tomar as providências e a fazer o necessário expediente²⁹.

O Ministro da Viação lembra a conveniência de a Belgo-Mineira apressar a instalação do trem de laminação. Vargas encarrega a Secretaria Geral do Conselho de agir nesse sentido também.

Pela primeira vez, uma ata de sessão do Conselho registra os horários de abertura e de encerramento: a reunião durou 1 hora e 25 minutos, o que parece pouco diante da quantidade de assuntos e intervenções observadas.

²⁷ Lembremos que, em momento anterior desta reunião, discutiu-se a guerra iminente entre as “democracias” e os “estados totalitários”, termo usado pelo próprio Getúlio, sem que viesse acompanhado de qualquer juízo de valor. Nesse momento, aliás, o Brasil vivia a ditadura do Estado Novo em sua plenitude. Ver, por exemplo, Carneiro (1999).

²⁸ Moura (1980, p. 144) apresenta um resultado diferente para a votação, baseado em um documento do arquivo de Vargas classificado pelo CPDOC/FGV como “ata da reunião”. Nele, o Conselho, após a votação, “se manifestou favoravelmente às encomendas aos países europeus”. O documento, datilografado (ao contrário das atas, que são manuscritas), menciona que a reunião teria ocorrido em junho de 1939, sem mencionar o dia, quando sabemos que a quarta sessão ocorreu em 04 de julho daquele ano, fato confirmado pela própria ata manuscrita e pelo “Diário” de Vargas (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 236-237). O documento afirma, ainda, que a ata da reunião foi lavrada em livro especial e recolhida ao arquivo do CSN. Ou seja, não se trata da ata da sessão do Conselho, mas de um resumo que, por alguma razão a ser pesquisada, teria sido impreciso em relação à decisão do órgão sobre um dos temas mais importantes daquela reunião. Ressalte-se, portanto, que Gerson Moura teria sido levado a uma conclusão equivocada em relação a este ponto específico de seu trabalho.

²⁹ Ver, na página 7, a nota 7 deste trabalho.

3.5- QUINTA SESSÃO DO CSN: 10 de janeiro de 1942

O intervalo entre esta reunião e a anterior foi de, praticamente, dois anos e meio. É a primeira vez em que se cumpre a retirada do termo “Superior” do nome do Conselho na ata da sessão. É a primeira reunião, também, a contar com a participação do ministro do recém-criado Ministério da Aeronáutica, Salgado Filho³⁰. E é a segunda vez, não consecutiva, em que Filinto Muller, chefe de Polícia da Capital Federal, é convidado a participar por Getúlio. Nesta reunião, no entanto, ele não fará nenhuma intervenção.

O motivo da convocação da reunião é debater a posição do Brasil na Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, a ser realizada no Rio de Janeiro, e que debaterá a solidariedade aos Estados Unidos na guerra³¹. Até aqui, as referências aos EUA nas sessões do Conselho haviam sido pouco significativas, com alguma importância na reunião anterior a esta pelo aspecto comercial. A ênfase mudará bastante, como veremos.

Segundo Vargas, na Terceira Reunião “os chanceleres irão discutir, interpretar e certamente fixar os limites da solidariedade assegurada (grifo nosso)” aos EUA. Ainda Vargas: “Não é propósito nosso ir à guerra, nem deve ser isso da conveniência norte-americana. Mas se não é nosso propósito ir à guerra, é impossível garantir não sermos nela envolvidos”.

O primeiro a falar, depois de Vargas, é Osvaldo Aranha, das Relações Exteriores. Afirma que a posição do Brasil “será de mediação, entre os extremos encontraremos a solução”. Há trecho censurado da ata e, em seguida, ressurgem o tema da Argentina em uma reunião do Conselho: “A Argentina, por exemplo, não poderá pretender muita coisa na política externa, pois seu problema atual é mais de setenta por cento interno (...) as eleições foram feitas com tropelias policiais”³². Em seguida, mais um trecho censurado,

³⁰ Como vimos em nota anterior, o Ministério da Aeronáutica foi criado em 20 de janeiro de 1941.

³¹ Esta reunião de chanceleres ocorreria entre 15 e 28 de janeiro de 1942. Foi convocada dando cumprimento a um acordo feito no encontro anterior, em Havana (1940), pelo qual uma reunião entre todas as repúblicas americanas seria imediatamente realizada para uma tomada de decisão conjunta, no caso de algum dos países ser atacado por algum Estado de fora do hemisfério (ALVES, 2002, p.128). O ataque japonês a Pearl Harbor havia ocorrido em 7 de dezembro de 1941.

³² Aranha parece referir-se às eleições legislativas de 1940 na Argentina, em que o partido de oposição, a Unión Cívica Radical, havia conquistado ampla maioria. O vice-presidente Ramón Castillo assumira interinamente a presidência também em 1940, devido a problemas de saúde do titular, Roberto Ortiz, e era um “personagem politicamente fraco, proveniente de uma pequena província do norte (Catamarca), neutralista germanófilo” (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

provavelmente ainda referente ao caso argentino. Aranha conclui afirmando que “no interesse da solidariedade continental e da própria paz, devemos, contudo, ajudar os Estados Unidos no que for possível, sem dar assistência a seus inimigos”³³.

A fala do ministro da Marinha, Guilhem, revela, mais uma vez, a situação material “precária” para o cumprimento de sua missão. Vargas intervém, questionando-o sobre a natureza da carência e Guilhem refere-se à impossibilidade de que os EUA forneçam o material flutuante necessário. Vargas afirma que o pedido já foi feito e há grandes promessas. O ministro do Trabalho, Marcondes Filho, é o seguinte a falar e menciona seu esforço para vigiar a atmosfera internacional no setor trabalhista e para que seja “difundido o pensamento de nosso governo” entre os sindicalistas.

Vargas inquire o ministro interino da Agricultura, Souza Duarte, sobre o abastecimento do país. Este fala em estudos para reforçar o abastecimento, especialmente na região Nordeste. O ministro da Viação, General Mendonça Lima, menciona a articulação que tem procurado fazer com o Ministério da Guerra para conhecer as necessidades de transporte em caso de envolvimento na conflagração. Mostra-se preocupado com as ligações ferroviárias pelo interior do país, “pois só dispomos de comunicações marítimas”³⁴.

O ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, queixa-se do prazo excessivamente longo (cinco anos) que os EUA levariam para atender aos pedidos brasileiros em sua área: “neste interregno podemos ser absorvidos”. Segue Salgado Filho: “Não acredito num ataque imediato para ocupação, mas sim, de destruição de nossas bases das quais os norte americanos se servem para a remessa de aviões para as partes em guerra”.

A intervenção de Capanema, da Educação e Saúde Pública, menciona a preparação da juventude “para o dia de amanhã”, ressaltando que o patriotismo e o valor moral dos jovens se aprimoravam constantemente desde 1930. Informa, ainda, ter tomado providências para uma colaboração efetiva com os “elementos militares (...) no que se refere ao aspecto sanitário que se possa apresentar em caso de conflagração”.

³³ A Argentina e o Chile seriam os únicos participantes a não romper com o Eixo após as deliberações da Reunião. O Chile temia ataques japoneses à sua imensa costa voltada para o Oceano Pacífico e os EUA teriam poucas condições de defendê-la. Mas demonstrou apoio e solidariedade aos estadunidenses. No caso argentino, a decisão seria decorrência de impulsos internos anti-EUA, “(...) vontade, por parte dos governantes platinos, em demonstrar a autonomia e independência do país em relação aos EUA (...)” (Alves, 2002, p.130).

³⁴ O historiador militar Armando Vidigal, citado por Vagner Alves (2002, p. 172), menciona que “a navegação de cabotagem era indispensável para o abastecimento do norte e nordeste, a única via de comunicação confiável no que ainda era o arquipélago brasileiro”.

O ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, afirma que “não estamos preparados nem material, nem moralmente”. Vê “deficiência de uma mais perfeita educação cívica” na classe estudantil. Dutra afirma que “devemos criar dentro do país o ambiente de guerra”. Sobre os fornecedores de equipamentos militares, diz que “da Alemanha não nos é possível receber coisa alguma; dos Estados Unidos nada de útil temos recebido”.

O ministro interino da Justiça, Vasco Tristão Leitão da Cunha, afirma que “seu Ministério está atento para atender a mais perfeita segurança interna”. E refere-se a controles sobre estrangeiros, especialmente os residentes no Nordeste. Quanto aos agentes norte-americanos, menciona “maiores facilidades para entrar e sair do país”. Vargas o interpela sobre os colonos japoneses, alemães e italianos. Cunha diz “nada haver de anormal”, mas há trecho censurado. Aranha intervém para elogiar o embaixador alemão e criticar o japonês, que teria dito que a colônia japonesa estava tranquila, “mas se atacada, amanhã poderia se agitar.” O embaixador italiano “mantém uma certa inatividade”.

Góis Monteiro, do Estado Maior do Exército, faz sua primeira intervenção na reunião e é mais loquaz do que Dutra, como de costume: “temos o imperativo de ser solidários com os Estados Unidos da América do Norte; e arriscar a sorte nesse sentido, mas é certo que nos cabe limitar esta solidariedade para não abdicarmos de nossa soberania”. Góis Monteiro só vê o Brasil entrando na guerra se for agredido e “crê não existir no mundo país com tanta dificuldade de realizar suas condições de defesa militar como o nosso sob o ponto de vista material, psicológico e técnico”³⁵. Vê o Brasil com “partes sensíveis expostas a ataques através do Atlântico” e estima uma duração de, no mínimo, mais dois anos para a guerra³⁶. Diz que “a grande totalidade do povo brasileiro é simpático aos Estados Unidos”. Mas queixa-se de que

a falta de espírito militar em todas as classes assume um aspecto de derrotismo nacional (...) as Forças Armadas fracassarão em sua missão comum mesmo dotadas de todos os meios técnicos e com todas as suas indústrias e comunicações, sem possuírem uma forte alma coletiva emanada das elites e das massas.

E menciona que “sem as indústrias básicas”, de nada valerá adquirir equipamento para a Marinha, a Aeronáutica e o Exército.

³⁵ O governo brasileiro romperia relações diplomáticas com os três países do Eixo ao final da reunião de chanceleres, em 28 de janeiro. Os primeiros ataques de submarinos alemães a navios brasileiros no oceano Atlântico aconteceriam em fevereiro de 1942. A declaração de guerra do Brasil contra Alemanha e Itália seria feita em agosto daquele ano.

³⁶ A guerra duraria mais três anos e meio, aproximadamente.

O Vice-Almirante Vieira de Melo, chefe do Estado Maior da Marinha, pergunta sobre o tratamento a ser dado aos navios de guerra britânicos nos portos e bases do Brasil. Vargas pede a Aranha que responda e este afirma que “em nossa atual situação de solidariedade aos Estados Unidos lhe concederemos tudo o que for possível; quanto à Inglaterra, devemos nos manter neutros”. Aranha crê que os ingleses preferirão recorrer ao Uruguai ou à Argentina, onde gozariam de maiores facilidades³⁷. E que as eventuais regalias que o governo brasileiro pudesse conceder “serão função da boa vontade demonstrada pelos ingleses para conosco”. A manifestação de Aranha, para aparente surpresa ou desconforto de Vieira de Melo (“o senhor Vice-Almirante insiste, dizendo que no Atlântico Sul ambas estas marinhas estão entrelaçadas”, referindo-se aos EUA e à Inglaterra), denota alguma insatisfação do governo brasileiro com o britânico³⁸.

Góis Monteiro é responsável por uma das raras passagens em que o tema do comunismo aparece, e como ameaça, nas atas de reuniões do Conselho durante o período tratado nesta monografia,. Góis pede novamente a palavra para dizer-se preocupado com a “propaganda estrangeira”, já que “o noticiário exagerado sobre as vitórias russas embandeirou em arco os comunistas (...) e não será de admirar que nos tenhamos de haver novamente com surpresas dolorosas idênticas às de mil novecentos e trinta e cinco”. Aranha, por sua vez, diz que os cônsules fazem propaganda e que a “nazista, por exemplo, era hábil, caprichosa, inteligente e metódica”.

O ministro da Fazenda, Sousa Costa, afirma que a receita pública tem aumentado, mas continua insuficiente para atender às necessidades militares. Lembra que “nosso mercado internacional está reduzido aos Estados Unidos e à Argentina”. Faz uma análise do mercado de alguns produtos separadamente, como café, cacau e algodão. E endossa a preocupação com o fato de que “a compra de material bélico (dos EUA) não tem tido êxito”. Vargas o interrompe para declarar que “só pode atribuir o não fornecimento do material a deficiências

³⁷ O relacionamento da Argentina com a Inglaterra era mais intenso do que com os EUA. Por exemplo, a Argentina não tinha os EUA como principal parceiro comercial, mas a Inglaterra. Os ingleses eram dependentes da Argentina para seu consumo de carne e outras matérias-primas (Alves, 2002, p. 131).

³⁸ Moura registra que o bloqueio marítimo da Inglaterra contra a navegação alemã, logo após a eclosão da guerra na Europa, em 1939, havia atingido duramente os interesses brasileiros, dificultando, inclusive, o recebimento de armamentos alemães encomendados anteriormente ao conflito. Em 1940, o intercâmbio comercial entre Alemanha e Brasil teria caído a 1/10 do volume de trocas do ano anterior, inviabilizando a “equidistância pragmática” que o governo Vargas mantinha em relação à Alemanha e aos EUA (MOURA, 1980, p. 143 e p. 156-157). Lembremos, ainda, o episódio relatado por Aranha na reunião anterior do CSN, em 1939, que envolveu um protesto brasileiro contra o fato de figurar, nos mapas ingleses, a ilha de Trindade como possessão inglesa.

na organização da indústria bélica daquele país”. Vargas diz que “ouviu falar igualmente em informações malévolas e tendenciosas, visando estabelecer a desconfiança do governo americano para com o regime político brasileiro”. Em seguida, diz não crer que “haja essa tentativa de intriga surtido algum efeito”³⁹. Sousa Costa refere-se, ainda, à dependência de equipamento que o Brasil tem dos EUA para a geração de mais energia elétrica, depositando esperanças na Reunião dos Chanceleres para avanços, também, na área econômica.

Vargas encerra a reunião voltando ao tema da cooperação com os EUA: “prometeram satisfazer as necessidades de nossas Forças Armadas, mas não cumpriram ainda a promessa”. Afirma que “sua capacidade (dos EUA) industrial é tamanha que nossos pedidos desaparecem diante das cifras de sua produção”. E diz que se não se chegar a bom termo na Conferência, Sousa Costa irá aos EUA “pleitear e realizar os acordos indispensáveis a determos esses recursos”. Em seguida, Vargas volta ao assunto da “preparação moral” para a guerra, levantado por Dutra e Góis Monteiro anteriormente, depositando “grande confiança na receptividade patriótica do povo brasileiro e em sua capacidade de sujeitar-se a qualquer sacrifício”. E conclui chamando a atenção “sobre os elementos estrangeiros que vivem entre nós”, mas um trecho censurado impede que se tenha compreensão exata de sua fala. O presidente diz que “tomou as providências indispensáveis, mas não admite medidas violentas. Repugnam-lhe os recursos extremos”. O convite a Filinto Muller para participar da sessão do Conselho provavelmente está relacionado a este tema, mas não há registro em ata de qualquer manifestação do chefe de Polícia.

A reunião durou três horas.

3.6- SEXTA SESSÃO DO CSN: 11 de julho de 1944

Houve, novamente, um intervalo de cerca de dois anos e meio entre uma reunião e outra. Vargas convocou a sessão para debater, em “caráter absolutamente secreto”, um acordo de bases aéreas com os EUA. Vargas lê uma carta de Roosevelt, datada de 21 de junho de 1944, em que o presidente dos EUA afirma que “a garantia da segurança do

³⁹ As “intrigas” mencionadas por Vargas provavelmente estão relacionadas a desentendimentos nas negociações entre militares brasileiros e estadunidenses, bem documentados por Eduardo Svartman (2008, p. 84-89), com destaque para as desconfianças dos norte-americanos sobre as supostas inclinações germanófilas de Góis Monteiro e outros líderes militares brasileiros. Essas negociações teriam explicitado, também, as diferenças de opinião entre Osvaldo Aranha, ex-embaixador nos EUA e entusiasta de um acordo com esse país, e a cúpula militar. O ministro das Relações Exteriores chegaria a pedir demissão a Vargas em outubro de 1941, não aceita pelo presidente.

hemisfério e da manutenção da paz segue avante mais um passo por meio desse acordo modelo que se destina ao período de após guerra”. Embora os conflitos com Alemanha e Japão viessem a terminar apenas em maio e agosto do ano seguinte, respectivamente, os EUA já preparavam o terreno para a manutenção de acordos pós-guerra que visassem preservar o continente, provavelmente, da intromissão soviética. Observemos que Roosevelt refere-se à “segurança do hemisfério” como um todo, apesar do acordo ser bilateral apenas. Roosevelt menciona, ainda, a possível participação do Brasil em “entendimentos extracontinentais” que teriam sido apresentados pelo embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery, a Vargas “em caráter pessoal e confidencial”⁴⁰. Além da carta de Roosevelt, é lido um memorando, de quatro de julho do mesmo ano, em que o governo dos EUA detalha, como em nenhum outro momento do período e da documentação cobertos neste trabalho, sua obrigação de equipar militarmente o Brasil em troca de “um acordo de segurança militar para garantir a sua colaboração na hipótese de uma agressão dirigida contra qualquer dos dois países ou contra o hemisfério”.

Um terceiro documento é apresentado na reunião, desta vez por Salgado Filho, da Aeronáutica: o relatório da Comissão de Ministros (Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica) designada por Vargas para examinar as cláusulas propostas pelos EUA para o acordo recíproco de utilização de bases aéreas. É um relatório longo, que é lido na reunião (ou, pelo menos, transcrito integralmente na ata), com detalhes técnicos sobre a utilização recíproca das bases aéreas de cada país. No artigo décimo-segundo, prevê-se que o acordo terá efeito por dez anos, mas poderá ser prorrogado indefinidamente se nenhuma das partes o der por terminado.

Salgado Filho pede permissão, ainda, para transmitir suas impressões sobre viagem recente à Bolívia e ao Peru, países que estariam apresentando algum tipo de instabilidade política. Há trechos censurados na ata que limitam a compreensão da fala do ministro da Aeronáutica, mas Osvaldo Aranha voltará ao assunto mais à frente.

O ministro das Relações Exteriores congratula-se com Vargas pelo acordo com os EUA em termos bastante elogiosos ao presidente brasileiro e aos colegas militares. Afirma que o Brasil terá benefícios econômico, político e militar com o acordo. Ressalta que, por ser

⁴⁰ Pode-se especular se estes entendimentos extracontinentais seriam, por exemplo, os preparativos para a futura Conferência de Ialta, em janeiro de 1945, sobre a partilha de territórios entre os vencedores após a guerra.

recíproco e não conter obrigações unilaterais, o acordo não reduz “em nada a nossa soberania”. Sobre a visita política de Salgado Filho ao Pacífico, compartilha dos receios, mas os trechos censurados também dificultam a compreensão de sua fala. Parece referir-se à Argentina quando diz que “não podemos deixar de ter a consciência de que a atitude pacifista trará fatalmente dias difíceis”, pois logo depois diz que “o Governo Americano baixou uma nota ridicularizando-o, mas não conseguiu com isso senão exacerbar o espírito público argentino”. Em seguida, Aranha lê o “documento que serviu de base à formação do GOU, o qual pode ser admitido como mandamento sagrado”, mas este trecho da ata está censurado⁴¹. O GOU é o “Grupo de Oficiales Unidos”, um segmento das forças armadas da Argentina que foi articulado em março de 1943 e liderou o golpe militar de quatro de junho daquele ano⁴². O “Manifiesto” do GOU, hoje disponível na *internet*, tem uma retórica agressiva

La era de la Nación va siendo substituída paulatinamente por la era del Continente (...). Hoy, las naciones se unen para formar el Continente. Esa es la finalidad de esta guerra. Alemania realiza un esfuerzo titánico para unificar el continente europeo. La nación mayor y mejor equipada deberá regir los destinos del continente. En Europa será Alemania. En América del Norte la nación monitora por un tiempo será Estados Unidos. Pero en el sur no hay nación suficientemente fuerte para que sin discusión se admita su tutoria. Sólo hay dos que podrían tomarlas: Argentina y Brasil. Nuestra misión es hacer posible e indiscutible nuestra tutoria. La tarea es inmensa y llena de sacrificios. Pero no se hace pátria sin sacrificarlo todo (...) Habrá que armarse, ARMARSE SIEMPRE, venciendo dificultades contra las circunstancias interiores y exteriores. La lucha de Hitler en la paz y en la guerra nos servirá de guía. Tenemos ya al Paraguay; TENDREMOS A BOLIVIA Y CHILE. Con la Argentina, Paraguay, Bolivia y Chile nos será fácil presionar al Uruguay. Luego, las cinco naciones unidas atraerán al Brasil, fácilmente, debido a su forma de gobierno y a grandes núcleos de alemanes. Entregado el Brasil el continente sudamericano será nuestro⁴³.

Aranha relata, em seguida, um trecho do que parece ser uma carta recebida de alguma autoridade boliviana, mas que também encontra-se parcialmente censurada: “Não temos este pensamento além do de resguardar as nossas fronteiras, as nossas idéias e as nossas tradições de uma ameaça que nem nós nem V. podemos negar”⁴⁴. Em seguida, Aranha diz que “depois

⁴¹ São mais de 60 linhas, constituindo o maior trecho contínuo censurado nas seis atas consideradas nesta monografia.

⁴² A manutenção da neutralidade na guerra seria uma das marcas do movimento golpista, para desconforto da diplomacia estadunidense, que desconfiava do perfil germanófilo dos militares argentinos. O governo argentino somente declararia guerra ao Eixo em março de 1945, sob pena de não poder ingressar na Organização das Nações Unidas, que exigia tal posicionamento dos seus associados. O Coronel Juan Domingo Perón surge como personagem político no contexto da criação do GOU e ganharia importância nos anos seguintes, iniciando seu primeiro ciclo na presidência da Argentina a partir da eleição realizada em 24 de fevereiro de 1946 (LUNA, 2003, p. 193-205).

⁴³ Disponível em <<http://historiaen2a.blogspot.com/2007/08/manifiesto-del-grupo-de-oficiales.html>>. Acesso em 06.01.2011.

⁴⁴ Houve um golpe de estado na Bolívia em 20 de dezembro de 1943, de cunho nacionalista e aglutinador de setores militares e civis contrários aos benefícios concedidos às grandes mineradoras estrangeiras no país, entre outros temas. A Bolívia era um país estratégico naquele período, por ser responsável pela metade da produção mundial de estanho, metal essencial para os propósitos de guerra. O movimento sofreu acusações de simpatizar

dessa carta, reconhecemos o governo da Bolívia, mas a situação na Argentina continua a se agravar”⁴⁵. Osvaldo Aranha lembra que o embaixador do Brasil na Argentina, Rodrigues Alves, pouco antes de falecer, recomendou “estado de alerta”, apesar de acreditar que “a situação argentina encontraria elemento capaz de fornecer a solução, atraindo a Argentina, política, aliás, do nosso Presidente”. O ministro Aranha conclui que “a tranquilidade só é possível com a aliança a uma nação forte que nos peça pouco e nos dê o máximo”, louvando novamente o acordo com os EUA. A manifestação de Aranha é mais uma evidência da preocupação do governo brasileiro, recorrente ao longo das reuniões do CSN entre 1934 e 1944, com uma possível ameaça vinda da Argentina e dos esforços, naquele momento, para apoiar-se nos EUA como meio de enfrentar o potencial adversário regional.

O ministro da Aeronáutica faz referência a uma carta do adido militar brasileiro na Argentina em que este avisa que o governo daquele país, através do recém-criado Curso de Defesa Nacional na Universidade de La Plata, “entrou na fase educacional a que não faltam “slogans” como “Viva Rosas! Morra Urquiza! Morra a América do Norte!””.

Guilhem, da Marinha, também considera que o acordo com os EUA é “uma garantia da nossa segurança” e que “faz de lado, e acha assim devemos proceder, quaisquer escrúpulos que nos pareçam de subordinados”. Vargas esclarece que o “acordo é de igual para igual” e Aranha intervém dizendo que “outras nações (México, etc.)” estariam ressentidas “por ter sido o Brasil o único convidado para participar das operações”.

Os demais ministros manifestam-se favoravelmente ao acordo e Vargas encerra “congratulando-se com todos pela unanimidade de votos”, após uma fala, censurada, em cujo início afirma que “não é de tradição do povo nem está no nosso...”. Por fim, lê-se e aprova-se a ata da reunião anterior e Vargas acentua “a vantagem dessa leitura hoje por nos mostrar quanto temos progredido”, provavelmente referindo-se ao avanço nas negociações com os

com o nazi-fascismo, inclusive por parte do governo estadunidense, gerando intensa pressão contrária dos países aliados e apoio do movimento golpista vitorioso na Argentina. Havia simpatizantes do Eixo entre os golpistas bolivianos, mas o movimento era heterogêneo e não poderia ser rotulado como nazi-fascista. O trecho da carta da autoridade boliviana citado por Aranha talvez represente uma tentativa de justificar ao governo brasileiro a necessidade de resistir às pressões dos EUA. Se este for o caso, o esforço de convencimento teria sido bem-sucedido, pois observamos que Aranha confirma o reconhecimento do novo governo boliviano pelo Brasil (WHITEHEAD, 2008, p. 524-535).

⁴⁵ É provável que Aranha esteja se referindo à instabilidade política argentina após o golpe de 1943. O primeiro presidente golpista, general Rawson, renunciou antes de prestar juramento, em junho de 1943. O segundo, general Ramírez, teve que renunciar em fevereiro de 1944. O então ministro da Guerra, Farrell, assumiu e, no dia 8 de julho de 1944, poucos dias antes da realização desta sexta reunião do CSN no Brasil, havia designado Perón como seu vice-presidente (LUNA, 2003, p. 193-205).

EUA após as queixas feitas por ministros nas reuniões anteriores quanto à indisposição ou lentidão dos EUA em atender às demandas por equipamentos militares feitas pelo governo brasileiro.

A sexta reunião do CSN durou 2 horas e 15 minutos.

4- TEMAS PRESENTES NAS REUNIÕES DO CSSN E DO CSN

Esta seção funciona como um complemento da anterior, aprofundando a cobertura de alguns episódios revelados nas atas e incorporando mais elementos de uma pequena amostra da literatura sobre as políticas externa, comercial, industrial e de defesa do primeiro período de Vargas na presidência. Em um primeiro momento, a ênfase recai sobre uma das principais agendas do Conselho no período tratado neste trabalho: a política externa e seus desdobramentos, especialmente as preocupações com a Argentina e as negociações com os Estados Unidos durante o período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial e durante o conflito propriamente dito. Em seguida, o foco desta seção é orientado para temas de política interna, como as ameaças à estabilidade social e política doméstica citadas nas reuniões, as queixas dos militares sobre seu despreparo material e a inter-relação entre as políticas industrial, comercial e de defesa, refletida no Conselho.

4.1- TEMAS DE POLÍTICA EXTERNA

4.1.1- O GOVERNO VARGAS PRETENDE MANTER-SE NEUTRO NA GUERRA E A PRINCIPAL AMEAÇA NÃO É O EIXO, MAS A ARGENTINA

A preferência pela neutralidade pôde ser constatada nas primeiras reuniões do CSSN, quando se discutia o risco de uma guerra na Europa, e, mais explicitamente, na quarta sessão do Conselho, ocorrida pouco antes do início formal do conflito, em julho de 1939. Até aquele momento, as referências aos Estados Unidos nas sessões do Conselho haviam sido pouco significativas e, quando apareciam, concentravam-se no aspecto comercial do relacionamento entre os dois países. Segundo Moura (1993, p. 187), a neutralidade do Brasil diante da guerra na Europa entre 1939 e 1941

“beneficiou-se de três fatores. Primeiro, a neutralidade dos EUA, que definiram para si próprios e para todo o continente a disposição de ficar de fora da guerra européia. Segundo, a convicção das lideranças militares brasileiras de que o país não se encontrava preparado para enfrentar as conseqüências de uma guerra moderna. Terceiro, a divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o país”.

A demonstração explícita de simpatia do Conselho pelo lado estadunidense na Guerra só se verificou em sua quinta sessão, em janeiro de 1942, pouco antes da Terceira Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, que sacramentaria a adesão de quase todo o

continente aos Aliados, depois do ataque japonês a Pearl Harbor. Mesmo assim, ao final da Conferência o Brasil optaria por “apenas” romper as relações diplomáticas, vindo a declarar guerra à Alemanha e à Itália somente em agosto⁴⁶. A declaração de guerra contra o Japão só ocorreria em junho de 1945.

O ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, chegou a mencionar uma preocupação mais objetiva com a possibilidade de ataques do Eixo ao Brasil, como vimos anteriormente: “Não acredito num ataque imediato para ocupação, mas sim, de destruição de nossas bases das quais os norte americanos se servem para a remessa de aviões para as partes em guerra”. O general Góis Monteiro também mencionou algum risco direto com a Guerra na mesma reunião de 1942, ao ver o Brasil com “partes sensíveis expostas a ataques através do Atlântico”. Mas a preocupação com o Eixo era pequena relativamente às referências ao “risco Argentina” que observamos repetidamente nos relatos sobre as atas das reuniões do Conselho na terceira seção deste trabalho.

O verdadeiro receio externo das autoridades brasileiras durante todo o período tratado nesta monografia sempre esteve concentrado no principal vizinho do Sul. Stanley Hilton apresenta vasta documentação comprovando as preocupações recíprocas entre Brasil e Argentina. Os líderes militares e civis brasileiros dão seguidas demonstrações de preocupação quanto à inferioridade de recursos militares do País⁴⁷ e à pretensão hegemônica da Argentina na América do Sul em correspondências entre si, por exemplo⁴⁸. Hilton (1977a, p. 80) afirma, ainda, que o mais próximo que o Brasil chegou de ter um plano nacional de guerra ocorreu em 1937-38, por orientação de Góis Monteiro, baseado na eventualidade de um ataque surpresa da Argentina.

O aprofundamento das relações com os EUA ao longo da Guerra, debatido nas reuniões do CSN de 1942 e 1944, teria sido, portanto, uma consequência direta, mas não exclusiva, da

⁴⁶ Registre-se que o ministro da Guerra, Gaspar Dutra, e o Chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro discordaram da decisão de romper relações diplomáticas com o Eixo, não por razões ideológicas, mas por temer o despreparo militar brasileiro para assegurar a defesa do território nacional naquele momento (MOURA, 1980, p. 165-166 e SVARTMAN, 2008, p. 89). Vargas menciona, em seu “Diário”, que ambos pediram demissão de seus cargos logo antes do início da Conferência, o que não foi aceito pelo presidente, e mantiveram a pressão contrária ao rompimento durante todo o encontro de ministros de relações exteriores (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 451-458).

⁴⁷ Um dos indicadores da superioridade argentina no terreno militar era o fato de que “a tonelagem da frota argentina era mais do que o dobro da capacidade das unidades brasileiras” (HILTON, 1977a, p. 66).

⁴⁸ Góis Monteiro via no apoio argentino ao Paraguai na Guerra do Chaco “um passo para a conquista de sua sempre desejada hegemonia” em carta a Osvaldo Aranha datada de fevereiro de 1934 e Vargas observava o interesse da Argentina na “reabsorção da Bolívia, como parte desagregada do Vice-Reinado do Prata” em carta ao mesmo Aranha em dezembro de 1934 (HILTON, 1977b, p. 36).

preocupação com a Argentina, pelo menos do ponto de vista dos interesses brasileiros. Nesta última reunião, que debateu o acordo de bases aéreas com os Estados Unidos após a guerra, Aranha concluiria, como vimos, e em um momento da sessão no qual se discutia a situação na região sul-americana, que “a tranquilidade só é possível com a aliança a uma nação forte que nos peça pouco e nos dê o máximo”, referindo-se ao acordo com os EUA. Como a Guerra já estava praticamente resolvida a favor dos aliados, a discussão da sexta reunião do Conselho envolvia, do lado brasileiro, principalmente o interesse em se proteger da ameaça potencial da Argentina.

4.1.2- AS RECLAMAÇÕES EM RELAÇÃO À LENTIDÃO DOS EUA PARA EQUIPAR AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS SÃO CONSTANTES

Os relatos das reuniões do Conselho confirmam que Alemanha e Itália mantinham importantes acordos de fornecimento de equipamento militar para o Brasil antes da Guerra⁴⁹. Hilton (1977a, p. 67) mostra que, a partir de certo momento, a política adotada pelo governo Vargas procurou forçar uma disputa entre Alemanha e Estados Unidos pelo comércio externo brasileiro. Este foi um dos elementos da política do governo Vargas que Gerson Moura (1980, p. 63) rotulou de “equidistância pragmática” entre os centros hegemônicos emergentes. Os acordos comerciais com Alemanha e Itália abriam a possibilidade de trocar produtos primários por equipamentos militares, o que não se observava no caso estadunidense, que “apenas” abria concessões de nação-mais-favorecida ao Brasil. A Itália, por exemplo, teria entregado três submarinos em troca de algodão e outros produtos primários em 1938 (HILTON, 1977a, p. 71). O governo dos Estados Unidos não podia fornecer material bélico a países estrangeiros por entraves legislativos internos até 1941 e, também, por que sua mobilização para o futuro conflito com o Eixo exigia, em um primeiro momento, concentração da produção doméstica para atender suas próprias necessidades (ALVES, 2002, p. 79). Como se não bastassem suas razões internas para não atender ao Brasil, os EUA ainda sofriam a pressão da Argentina para acautelar-se na negociação de equipamentos militares com o vizinho sul-americano (HILTON, 1982, p. 648)⁵⁰.

⁴⁹ Porém, enquanto o Exército dava preferência à Alemanha, a Marinha abastecia-se junto à Inglaterra antes do conflito europeu (MOURA, 1980, p. 57).

⁵⁰ Eduardo Svartman (2008, p. 81-82) refere-se, inclusive, a um “traumático episódio no qual o arrendamento de alguns *destroyers* para a marinha brasileira foi vetado pela Argentina”.

Em determinado momento, já com o conflito mundial em pleno andamento, o Brasil não mais recebia equipamentos militares de qualquer dos lados envolvidos no conflito, conforme observamos pelo desabafo de Dutra na quinta sessão do CSN, em janeiro de 1942: “(...) da Alemanha não nos é possível receber coisa alguma; dos Estados Unidos nada de útil temos recebido”. As queixas em relação aos EUA naquele momento verificavam-se apesar de o decreto presidencial brasileiro que autorizava a construção dos aeroportos e bases aéreas por aquele país no Nordeste ter sido publicado em junho de 1941, com o “agravante” de que o trabalho já vinha sendo realizado meses antes da assinatura (ALVES, 2002, p. 119).

Como vimos nos relatos sobre as reuniões do CSN, Vargas encerrou o encontro do Conselho de janeiro de 1942 afirmando que os EUA “prometeram satisfazer as necessidades de nossas Forças Armadas, mas não cumpriram ainda a promessa”. O tom continuou forte quando afirmou que “sua capacidade (dos EUA) industrial é tamanha que nossos pedidos desaparecem diante das cifras de sua produção”. Vargas diria, ainda, que, se não se chegasse a bom termo na Terceira Conferência dos Chanceleres, Sousa Costa iria aos EUA “pleitear e realizar os acordos indispensáveis a determos esses recursos”. E Sousa Costa fez mesmo essa viagem logo no início de fevereiro, poucos dias após o encerramento da Conferência, permanecendo naquele país até meados de março de 1942. A cobrança das promessas feitas pelas autoridades estadunidenses durante o encontro do Rio seria bem-sucedida. O Brasil comprometeu-se com o envio de mais matérias-primas, como borracha, cobalto e níquel, e os EUA elevaram de US\$100 milhões para US\$200 milhões o crédito aberto ao governo brasileiro em outubro de 1941 para aquisição de material bélico através do *Lend-Lease Act*⁵¹.

Os primeiros lotes de equipamentos bélicos pesados (peças de artilharia, carros de combate, aviões e navios de escolta) dos EUA chegariam, finalmente, às três forças brasileiras ainda em 1942, mesmo ano da missão de Sousa Costa nos EUA. Segundo Vagner Alves (2002, p. 132) “com isto, o Brasil tornar-se-ia a maior potência militar da América do Sul”. Citando Frank McCann, Alves (2002, p. 132-133) registra também que, imediatamente após o envio dos equipamentos

⁵¹ O Congresso dos EUA aprovou a Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*Lend-Lease Act*) em 11 de março de 1941, dando flexibilidade a Roosevelt para “discricionariamente, vender, arrendar, emprestar ou trocar armas ou outros equipamentos para defesa com qualquer país vital para a defesa dos EUA” (ALVES, 2002, p. 117). A Argentina foi o único país sul-americano a não receber ajuda militar norte-americana através do *Lend-Lease*, tendo optado pela posição de neutralidade durante a Terceira Conferência realizada no Rio (ALVES, 2002, p. 131).

Vargas autorizou, com o beneplácito de toda a cúpula governamental, inclusive dos militares, um aumento substancial do pessoal militar norte-americano em território brasileiro, ao mesmo tempo em que concedia carta branca às aeronaves militares dos EUA para voarem sobre o espaço aéreo brasileiro.

Até o final da guerra, o total de transferências em equipamento militar para o Brasil chegaria a US\$332 milhões, fazendo do país o quinto maior recipiente de recursos fornecidos pelos Estados Unidos por intermédio do *Lend-Lease*, atrás do Império Britânico (visto em conjunto), URSS, França e China. Mas o valor recebido pelo Brasil representava menos de 1% do total de créditos fornecidos pelos EUA através daquele mecanismo especial (ALVES, 2002, p. 133).

No contexto das negociações com os EUA, nota-se, ainda, uma preocupação do governo brasileiro em não caracterizar as concessões feitas àquele país como perda de soberania. Na sexta reunião do CSN, por ocasião do acordo negociado com os EUA em 1944 sobre utilização recíproca de bases aéreas no pós-guerra, vimos que vários membros (Aranha, por exemplo) repetiram que não se tratava de abrir mão de soberania, por se tratar de um acordo recíproco. Vargas esclarecia na mesma reunião que o acordo “é de igual para igual”.

Hilton (1982, p. 651) é incisivo, no entanto, ao argumentar que o sucesso das negociações com os EUA, depois de muita insistência, não teria ocorrido em função dos interesses estratégicos brasileiros, bastante focados na preocupação com o risco argentino, mas dos interesses estratégicos dos EUA, que passaram a temer o acesso dos alemães ao continente americano pelo Nordeste brasileiro.

Ainda segundo Hilton (1982, p. 651), quando os aliados finalmente dominaram o norte da África, em novembro de 1942, eliminando a possibilidade de um ataque do Eixo ao nordeste brasileiro, o possível desinteresse americano por abastecer o Brasil só teria sido evitado por que Vargas sinalizaria a disposição de enviar tropas brasileiras para lutar na Europa, o que não pretendia fazer inicialmente e que não gerava entusiasmo sequer entre os militares brasileiros. Gerson Moura faz uma análise diferente sobre o envio das tropas da FEB, que deve ser entendido

“mais como o resultado do processo político interno (em que se ressalta o peso cada vez maior do estabelecimento militar na arena das decisões) do que de necessidades do sistema de poder norte-americano. Para este bastava receber dos aliados subordinados o que lograra estabelecer em 1942 na Conferência do Rio de Janeiro” (MOURA, 1980, p. 167).

Em mais um lance que acentuaria os constrangimentos causados pela dependência brasileira dos EUA, Washington fez saber ao Brasil que, após o fim da guerra na Europa, a

continuidade da assistência militar ocorreria apenas para os países aliados na luta contra o Japão, o que teria feito Vargas assumir a “farsa”, conforme Hilton (1982, p. 652), de declarar guerra ao Japão em junho de 1945.

O governo brasileiro, portanto, teria tomado diversas decisões indesejadas durante a guerra com o objetivo de garantir o fornecimento de equipamento militar dos Estados Unidos para defender-se de seu “real” inimigo potencial naquele momento, a Argentina, caracterizando sua dependência de uma potência estrangeira para obter os meios para a defesa nacional. Gerson Moura também reconhece essa dependência, mas destaca o que chama de “capacidade de barganha” do governo Vargas ao tentar maximizar a extração de benefícios das concessões feitas aos EUA e afirma que “se é verdade que os EUA determinaram o momento das decisões, estas não se realizaram segundo sua exclusiva vontade” (MOURA, 1980, p. 64 e p. 188).

Uma das mais significativas demonstrações da sagacidade de Vargas durante as negociações com os EUA, segundo diversos autores, teria sido o discurso proferido pelo presidente em 11 de junho de 1940, a bordo do navio “Minas Gerais”. Vargas fez críticas à ordem liberal e elogiou as “nações fortes (...) sustentando-se pela convicção da própria superioridade”, o que poderia sugerir um aceno ao estado totalitário alemão, que estaria disposto a implantar a siderurgia no Brasil. Em seu “Diário”, Vargas aparenta insatisfação com algumas interpretações de seu discurso: “O discurso que pronunciei teve muita repercussão, produzindo alguma surpresa pelo tom, julgado muito forte e, por outros, tido, insensatamente, como germanófilo” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 319-320). Segundo Moura, após o discurso de Vargas, Roosevelt, “apesar da relutância com que o governo americano encarava o assunto (da siderurgia) (...) começou a tomar providências”: em setembro daquele mesmo ano “assinaram-se acordos de financiamento e nos dois anos seguintes o governo de Roosevelt facilitou a produção e o transporte do equipamento necessário à instalação da planta siderúrgica de Volta Redonda” (MOURA, 1980, p. 152-154).

4.2- TEMAS DE POLÍTICA INTERNA

4.2.1- O COMUNISMO É UM DOS POUCOS RISCOS INTERNOS CITADOS NAS REUNIÕES

Há poucas referências a riscos políticos internos nas reuniões do Conselho. Naturalmente, isto não se deve ao fato de tais riscos não existirem à época, mas reflete apenas uma opção do governo Vargas por reservar o Conselho de Segurança Nacional, prioritariamente, para a agenda de defesa contra as ameaças externas, apesar do amplo mandato que o órgão detinha, como vimos na segunda seção deste trabalho.

O ministro da Viação introduziu o risco de desordem interna na primeira sessão do CSSN, em 1934, ao relatar uma greve dos funcionários dos Correios e Telégrafos motivada por demanda salarial. Naquele momento, Marques dos Reis mostrou-se preocupado com a necessidade de se assegurar a ordem dentro do território nacional como uma pré-condição para conquistar-se a segurança na “relação com os outros povos”. Mas não há relatos, na ata, de qualquer repercussão de sua fala entre os demais membros do órgão.

Góis Monteiro era o principal porta-voz da preocupação anticomunista dentro do Conselho e o momento mais ilustrativo aconteceu na reunião de 1937, quando fez referência ao risco de que os comunistas dominassem a França e usassem suas empresas aéreas na América do Sul para “a propagação desse regime à nossa Pátria”. O mesmo Góis, na reunião de 1942, dizia-se preocupado com a “propaganda estrangeira” no Brasil durante a guerra, já que “o noticiário exagerado sobre as vitórias russas embandeirou em arco os comunistas (...) e não será de admirar que nos tenhamos de haver novamente com surpresas dolorosas idênticas às de mil novecentos e trinta e cinco”. A ata não relata, entre os demais conselheiros, uma reação às falas de Góis Monteiro, apesar de a “conspiração comunista” ter sido o mote principal para o golpe do Estado Novo⁵².

A participação de Filinto Muller em duas reuniões, em 1937 e 1942, a convite de Vargas, poderia sugerir a preocupação do Conselho com temas internos, mas sua intervenção é pouco significativa, resumindo-se à defesa de uma política rigorosa para a concessão de vistos a visitantes estrangeiros.

⁵² A leitura de Motta (2002) é esclarecedora sobre o tema do anticomunismo como motivação para os golpes de 1937 e 1964.

4.2.2- AS FORÇAS ARMADAS ESTÃO DESPREPARADAS PARA CUMPRIR SUA MISSÃO

A quantidade e o vigor das referências ao despreparo das Forças Armadas brasileiras durante as reuniões do Conselho impressionam o pesquisador iniciante no tema. Em alguns momentos, o tom dos líderes militares chegava a ser quase áspero, sendo Vargas a principal vítima de cobranças. Como vimos na terceira seção deste trabalho, Vargas foi constrangido pelos militares durante a reunião do CSSN de outubro de 1935, por exemplo. O presidente apoiava-se sistematicamente em Sousa Costa, ministro da Fazenda durante a maior parte do período tratado nesta monografia, para justificar a escassez de recursos. As intervenções de Sousa Costa nas reuniões eram sistematicamente pautadas pelo reconhecimento das necessidades militares e da insuficiência de receitas públicas para atendê-las.

Góis Monteiro chegou a dizer, na reunião do CSN de janeiro de 1942, que não existiria “no mundo país com tanta dificuldade de realizar suas condições de defesa militar como o nosso sob o ponto de vista material, psicológico e técnico”. Lembremos que, segundo Hilton (1977a, p. 68),

a nomeação de Góis Monteiro para o cargo de ministro da Guerra, em janeiro de 1934, tendo em vista as condições indicadas pelo General para aceitação da pasta, representava, com efeito, um pacto entre Vargas e o alto comando para o aparelhamento dos serviços militares. Vargas assinara decretos autorizando créditos, na esperança de que os fundos pudessem ser criados antes que as contas tivessem de ser pagas, mas o quadro financeiro era negro.

Há pelo menos duas questões que sugerem temas para o prosseguimento desta pesquisa em outra oportunidade: (i) “a situação das Forças Armadas era efetivamente precária ou havia excessos de retórica por parte dos líderes militares apenas para garantir ainda mais recursos para o setor?” e (ii) “Vargas procrastinou no equipamento das Forças Armadas para não fortalecer excessivamente o poder político dos militares?”. Quanto à primeira questão, a literatura consultada durante a elaboração desta monografia sugere que a precariedade da estrutura militar brasileira era real⁵³. É difícil identificar uma resposta tão clara para a segunda questão, que é mais complexa que a primeira e não cabe no escopo deste trabalho.

⁵³ Hilton (1977a, p. 65), por exemplo, cita documento em que o adido militar americano no Brasil, em tese um analista independente, também percebia a fragilidade militar do País em 1934 ao reportar-se aos seus superiores nos EUA: “não é segredo e é óbvia há muito tempo, até para os observadores não-profissionais”.

4.2.3- HAVIA IMPORTANTE APROXIMAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE DEFESA

O conteúdo das atas do Conselho confirma uma das principais teses de Stanley Hilton, entre outros autores aqui citados: o governo Vargas foi forçado a tomar decisões de política externa que não seriam as desejadas por toda a cúpula governamental em função de sua dependência de uma potência estrangeira para ter acesso a meios de defesa nacional. Mas a aspiração por superar este constrangimento teria levado a iniciativas importantes do governo Vargas no campo da industrialização. Afinal, a segurança nacional demandava maior autonomia militar-industrial.

Hilton (1982, p. 656) chega a afirmar que, durante os anos que precederam a guerra, os planejadores militares definiram uma política industrial que, sem modificações significativas, permaneceria como o enfoque brasileiro nas décadas seguintes. O conceito crítico era o da “nacionalização”, significando não apenas a produção doméstica de artigos, mas toda a utilização possível de matérias-primas nacionais ou componentes semiacabados. Ao lado da tese da nacionalização, conviviam também a tese de que o setor privado deveria tocar os empreendimentos industriais, com “small initial favors” do governo, segundo Osvaldo Aranha (HILTON, 1982, p. 657) e com os militares assumindo o papel de supervisão técnica no caso de contratos de defesa⁵⁴.

O ministro da Guerra e futuro presidente, Gaspar Dutra, em seu relatório anual ao presidente da República de 1937, citado por Domingos Neto e Goldoni (2010, p. 76) fazia constar que

seria mentir à Nação dizer que estamos armados, em condições de lhe guardar e defender o enorme patrimônio. A verdade, que ninguém ignora, é que o Brasil é um Estado desarmado. (...) Assim, criar as indústrias militares no Brasil, prover o Exército de tudo quanto as nossas indústrias produzem, não é apenas obra econômica, fomento e estímulo ao desenvolvimento da riqueza nacional – é obra de previsão que não pode escapar às nossas mais elementares cogitações.

O Conselho de Segurança Nacional, através de seu secretário-geral, o general Francisco Pinto, aprovou, por exemplo, o parecer sobre a questão siderúrgica emitido pelo Conselho Federal de Comércio Exterior por solicitação do presidente Getúlio Vargas em 1939 (KORNIS, 2001, p. 1544). O documento defendia o monopólio do Estado na exportação do

⁵⁴ Os estatutos do Banco do Brasil foram modificados em abril de 1939 para permitir que a instituição subscrevesse (“underwrite”) o estabelecimento de fábricas privadas que fossem julgadas necessárias para a defesa nacional pelos Estados Maiores do Exército e da Armada e aprovadas por Vargas (HILTON, 1982, p. 658).

minério de ferro e de manganês, bem como a organização da indústria siderúrgica sob regime estatal ou semi-estatal. Ainda segundo Mônica Kornis, a implantação da indústria siderúrgica no Brasil teria sido, portanto, uma das primeiras questões que tiveram manifestação do CSN. Desde meados da década de 1930, esse tema vinha sendo considerado não como um simples problema econômico, mas como um problema político-econômico de cuja solução dependia o futuro da defesa nacional.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Segurança Nacional não foi citado no texto dos instrumentos legais que criaram o Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, ou as Leis de Segurança Nacional editadas entre 1935 e 1938. Tampouco no caso do decreto de 1942 que versava sobre “crimes militares e contra a segurança do estado”. Ou seja, não havia ligação, ao menos formal, entre os instrumentos de repressão doméstica e o Conselho⁵⁵.

As reuniões formais e presenciais do Conselho, no período coberto neste trabalho, detiveram-se quase que exclusivamente em temas de política externa, de infraestrutura econômica e de defesa nacional, e a Segunda Guerra Mundial funcionou como a principal âncora destes temas, mesmo antes de seu início formal. Os riscos políticos locais foram pouco mencionados nas sessões do CSSN e do CSN relatadas neste trabalho. As Forças Armadas deveriam equipar-se melhor, por exemplo, mas não por uma ameaça local e, sim, para impor-se de forma preventiva diante de possíveis ameaças externas, especialmente as advindas da Argentina. Não se pretende, com este argumento, ignorar que a demanda dos militares por mais recursos e equipamentos durante as sessões do Conselho utilizava a justificativa dos riscos internacionais mas mirava, também, os riscos domésticos ao que se julgava ser a estabilidade política e social do País. O argumento deste trabalho é, apenas, que esta segunda motivação não foi explicitada por militares ou civis nas reuniões do Conselho entre 1934 e 1944.

Não se pretende, portanto, afirmar que os membros desse órgão atuavam alienados dos riscos políticos internos, até por que os anos 30 e 40 do século passado foram pródigos em movimentos importantes nos campos social e político do País. Alguns momentos de crise política interna, como o levante comunista de 1935 e o *putsch* integralista de 1938, por exemplo, não foram objeto de debate, muito menos de deliberações, no Conselho. Busca-se, apenas, enfatizar que a agenda das reuniões do Conselho não era pautada explicitamente pelas ameaças internas. Talvez outros documentos produzidos pelo órgão no mesmo período apontem para uma agenda de riscos políticos domésticos, mas as atas das reuniões não o fizeram.

Assim, apesar de Lucas Figueiredo enfatizar que o Conselho tinha “um mandato excessivamente amplo, feito sob medida para que o governo pudesse utilizá-lo contra quem

⁵⁵ Ao contrário do que viria a acontecer após o golpe civil-militar de 1964, por exemplo.

quisesse. Na maioria das vezes, contra o povo” (Figueiredo, 2005, p. 37-38), sua afirmação não é válida para o período de 1934 a 1944, pois o conteúdo das atas mostra que a principal preocupação dos conselheiros, incluindo o presidente Vargas, era a necessidade de maior autonomia industrial-militar para se garantir a segurança nacional contra as ameaças externas.

A preparação do país para a Segunda Guerra Mundial funcionou como o evento que explicitou as fragilidades em diversos setores do País e alavancou a busca por iniciativas para resolvê-las. O governo brasileiro teria sido forçado a tomar decisões que pretendia evitar, antes da Guerra e durante o conflito, por conta de sua dependência de uma potência estrangeira para ter acesso a meios de defesa nacional, o que provocaria iniciativas paralelas importantes do governo Vargas no campo da industrialização para aumentar a autonomia do País ao longo do tempo. A posição dependente do Brasil havia ficado explícita demais naquele momento histórico para que se permitisse sua continuidade sem um esforço de transformação.

FONTES

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1934)**. Título VI: Da Segurança Nacional.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1937)**. Títulos: Da Segurança Nacional e Da Defesa do Estado.

BRASIL. **Decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927**. Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934**. Dá organização ao Conselho da Defesa Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934**. Modifica a denominação do Conselho de Defesa Nacional e de seus órgãos componentes.

BRASIL. Congresso. **Lei n. 38, de 4 de abril de 1935**. Define crimes contra a ordem política e social.

BRASIL. Congresso. **Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935**. Modifica vários dispositivos da Lei n. 38 e define novos crimes contra a ordem política e social.

BRASIL. **Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938**. Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

BRASIL. **Decreto-lei n. 4766, de 01 de outubro de 1942**. Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-lei n. 4783, de 05 de outubro de 1942**. Dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5163, de 31 de dezembro de 1942**. Dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional.

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da primeira sessão**. 28 de dezembro de 1934.

CONSELHO DE SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da segunda sessão**. 09 de outubro de 1935.

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da terceira sessão.** 31 de agosto de 1937.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da quarta sessão.** 04 de julho de 1939.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da quinta sessão.** 10 de janeiro de 1942.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da sexta sessão.** 11 de abril de 1944.

<http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1012976>. Acesso em 10 de novembro de 2010.

<http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1012980>. Acesso em 10 de novembro de 2010.

<<http://www.geraldoresende.com.br/municipios/guia-lobes-da-laguna>>. Acesso em 21 de novembro de 2010.

<<http://historiaen2a.blogspot.com/2007/08/manifiesto-del-grupo-de-oficiales.html>>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In _____. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 445 p.
- ALMEIDA, Guilherme Bacha de. **Da ditabranda à ditadura? Castello Branco e Costa e Silva**. Trabalho apresentado na disciplina “Transição Democrática e Relações Cívico-Militares no Cone Sul” ministrada no Curso de Especialização em História e Culturas Políticas do Departamento de História da UFMG, 25 jun. 2009, 11 p.
- ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a segunda guerra mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, 208 p.
- ANTUNES, Priscila C. Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 217 p.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, 345 p.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, 222 p.
- DOMINGOS NETO, Manuel; GOLDONI, Luis R. F. Tecnologia militar no Estado Novo. In DOMINGOS NETO, Manuel. (Org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, 211 p.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004, 576 p.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record, 2005, 591 p.
- HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. In _____. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a, 203 p.

_____. **O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade commercial 1930-1939**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b, 355 p.

_____. The armed forces and industrialists in Modern Brazil: the drive for military autonomy (1889-1954). **The Hispanic American Historical Review**, vol. 62, n. 4, p. 629-673, nov. 1982.

KORNIS, Monica. Conselho de Segurança Nacional. In ABREU, Alzira Alves de [et. al.]. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

KRAMER, Paulo. Conflito de Letícia. In ABREU, Alzira Alves de [et. al.]. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, vol. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

LUNA, Félix. **Breve história de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2003. 280 p.

MATHIAS, Suzeley; GUZZI, André. As forças armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 73, p. 41-57, jun. 2010.

MITRE, Antonio. Ligações perigosas: Estado e guerra na América Latina. **Plataforma Democrática**, ????. Disponível em:

<<http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ligacoes%20Perigosas.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2010, 37 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. 297 p.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 195 p.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 12, p. 177-189, 1993.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 188 p.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, jun. 2008. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/1346/134612638005.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2010.

VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas: Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, 2 vols.

WHITEHEAD, Laurence. Bolivia since 1930. In BETHELL, Leslie (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**, vol. VIII. New York: Cambridge University Press, 2008 (first published 1991). 919 p.